

Infraestrutura Dutoviária de GN: Acesso e Regulação

**Sylvie D'Apote, Tiago Santovito
e Jorge Delmonte**

Diretoria Executiva de Gás Natural - IBP

**Reunião com Comitê 2 do Grupo de Trabalho
do Programa Gás para Empregar (GT-GE)**

10 de outubro de 2023



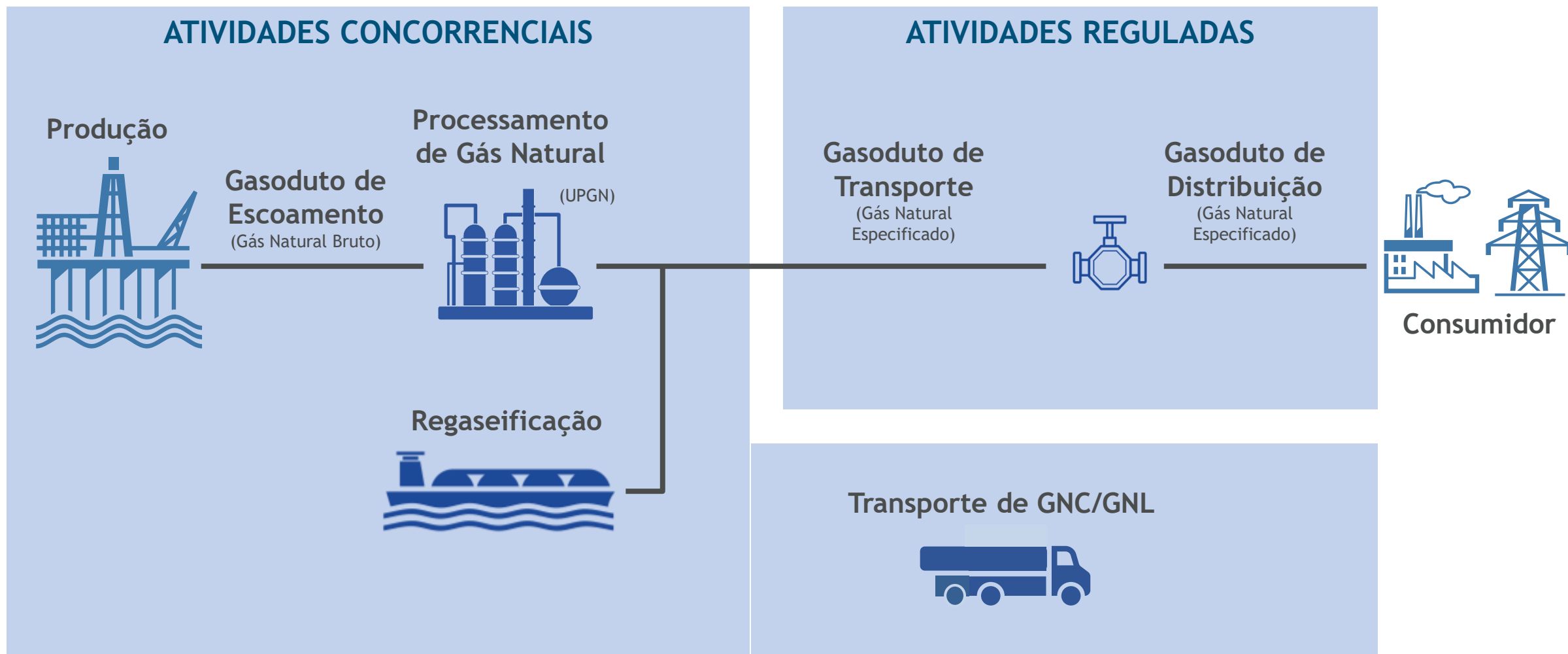


Tópicos de discussão

- 1 Contextualização
- 2 Acesso ao Escoamento e Processamento de Gás Natural
- 3 Regulação do Transporte de Gás Natural
- 4 Regulação da Distribuição de GN - Harmonização

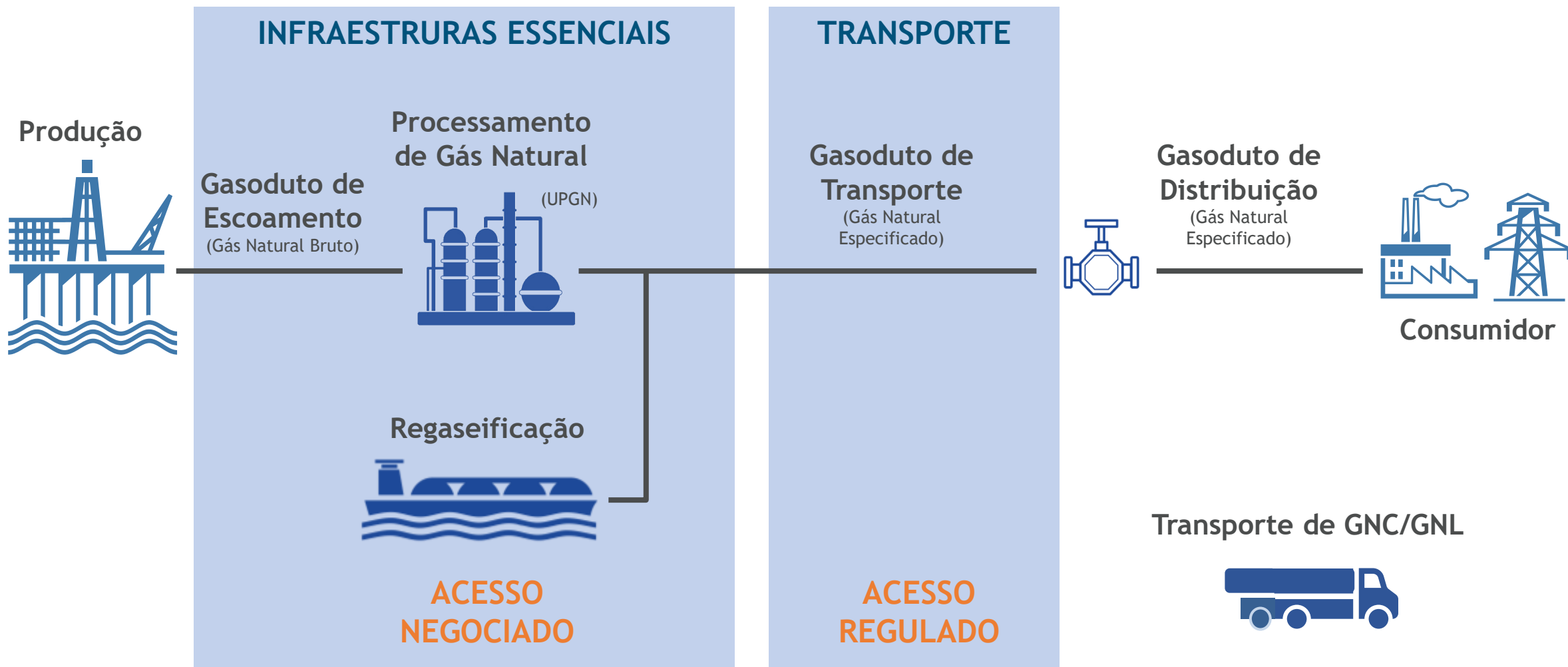
Atividades da cadeia produtiva do gás natural:

Atividades concorrenciais vs. atividades reguladas



Nova Lei do Gás

Acesso negociado vs. acesso regulado



Acesso Negociado e Acesso Regulado

Acesso negociado

Se dá com a celebração de contratos entre as partes interessadas, tendo como base **acordos comerciais voluntários**.

Neste caso, os agentes não podem discriminar quem utiliza o escoamento. No entanto, as regras e tarifas do serviço de escoamento são estabelecidas caso a caso, mediante **negociação entre o proprietário e os usuários**.

Acesso regulado

Baseado na concessão do direito de acesso de terceiros para uso da instalação, com base em tarifas publicadas.

Neste caso, as regras são definidas antecipadamente e envolvem ainda o **estabelecimento de condições e obrigações para uso da instalação**.

Infraestrutura do Setor de Gás Natural



Abertura do mercado de gás natural

Principais desafios na visão do IBP

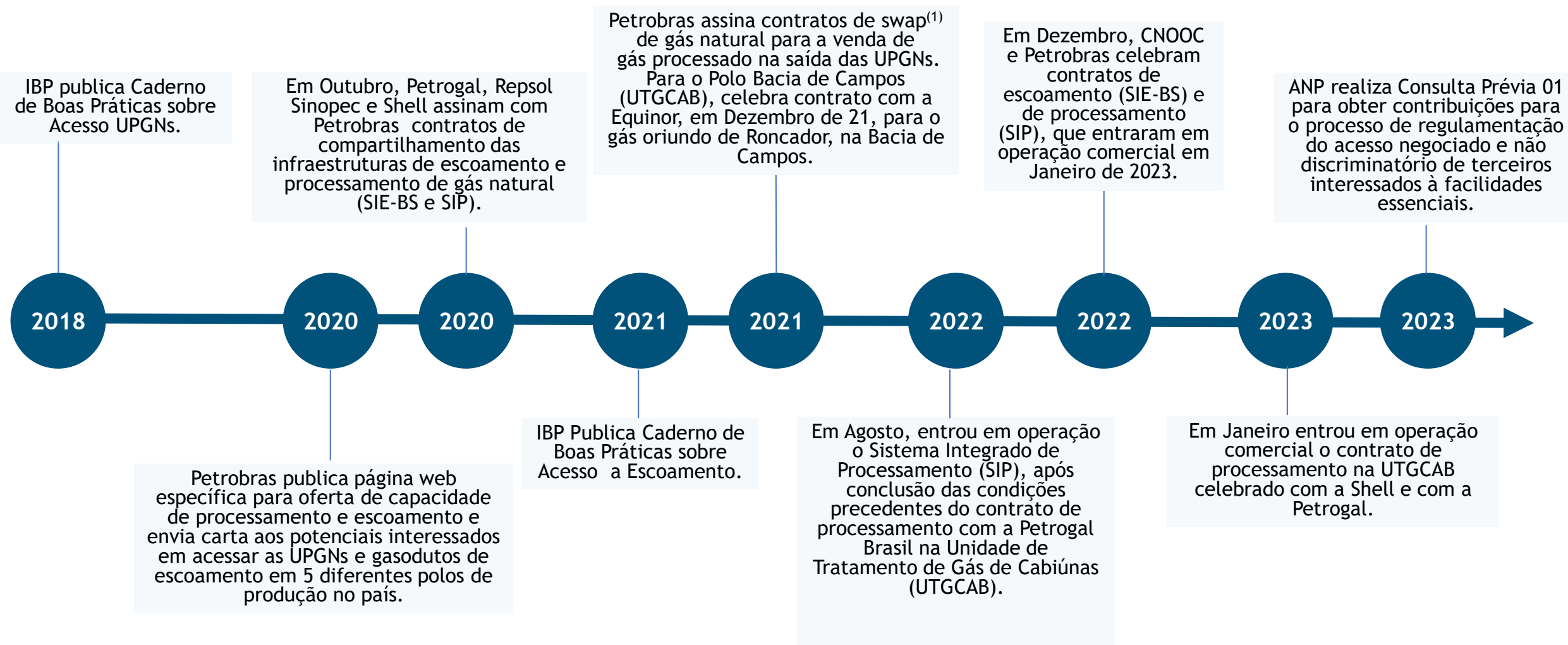
- » **Evitar retrocesso e estagnação**, no sentido de re-verticalizar, re-centralizar os elos da cadeia
- » **Agilidade na atuação da ANP** em regular a Lei do Gás, para evitar vácuos regulatórios e zonas cinzentas
- » **Avanços regulatórios e ajustes tributários nos estados**: necessários para facilitar a entrada de novos players, e garantir a tomada de decisão tempestiva de investimento em novas infraestruturas de produção, escoamento, processamento e transporte
 - Remoção de barreiras tributárias
 - Ajustes nas legislações estaduais
 - Fortalecimento das agências reguladoras estaduais
 - Simplificação dos procedimentos administrativos
- » **Diálogo com as instancias que representam a indústria e os consumidores de gás natural**, para:
 - Promover o entendimento das características e perspectivas de crescimento da oferta de gás nacional vs. necessidade do mercado & desenvolvimento de infraestrutura.
 - Apoiar um uso mais amplo e diversificado do gás natural, sempre em condições competitivas e econômicas, no contexto de transição energética.



Tópicos de discussão

- 1 Contextualização
- 2 Acesso ao Escoamento e Processamento de Gás Natural
- 3 Regulação do Transporte de Gás Natural
- 4 Regulação da Distribuição de GN - Harmonização

Histórico das discussões sobre acesso às infraestruturas de escoamento e processamento



(1) Os contratos de swap têm caráter transitório e promovem a antecipação do acesso às infraestruturas necessárias, dado que a Petrobras processa o gás produzido que, após esta etapa, é readquirido pelas empresas, permitindo que as próprias possam acessar diretamente o transporte e o mercado de gás natural.

Infraestrutura de escoamento das Bacias de Santos e Campos

Em operação:

Rota 1 + UTGCA (Caraguatatuba/SP)

Capacidade: 10 MMm³/d (possibilidade de expansão)

Capacidade de Processamento: 20 MMm³/d

(mas a capacidade de processar gás rico é limitada devido à tecnologia de processamento)

Rota 2 + TECAB (Cabiúnas/RJ)

Capacidade: 16 MMm³/d

(com autorização para expandir para 20 MMm³/d)

Capacidade de Processamento: 21,6 MMm³/d

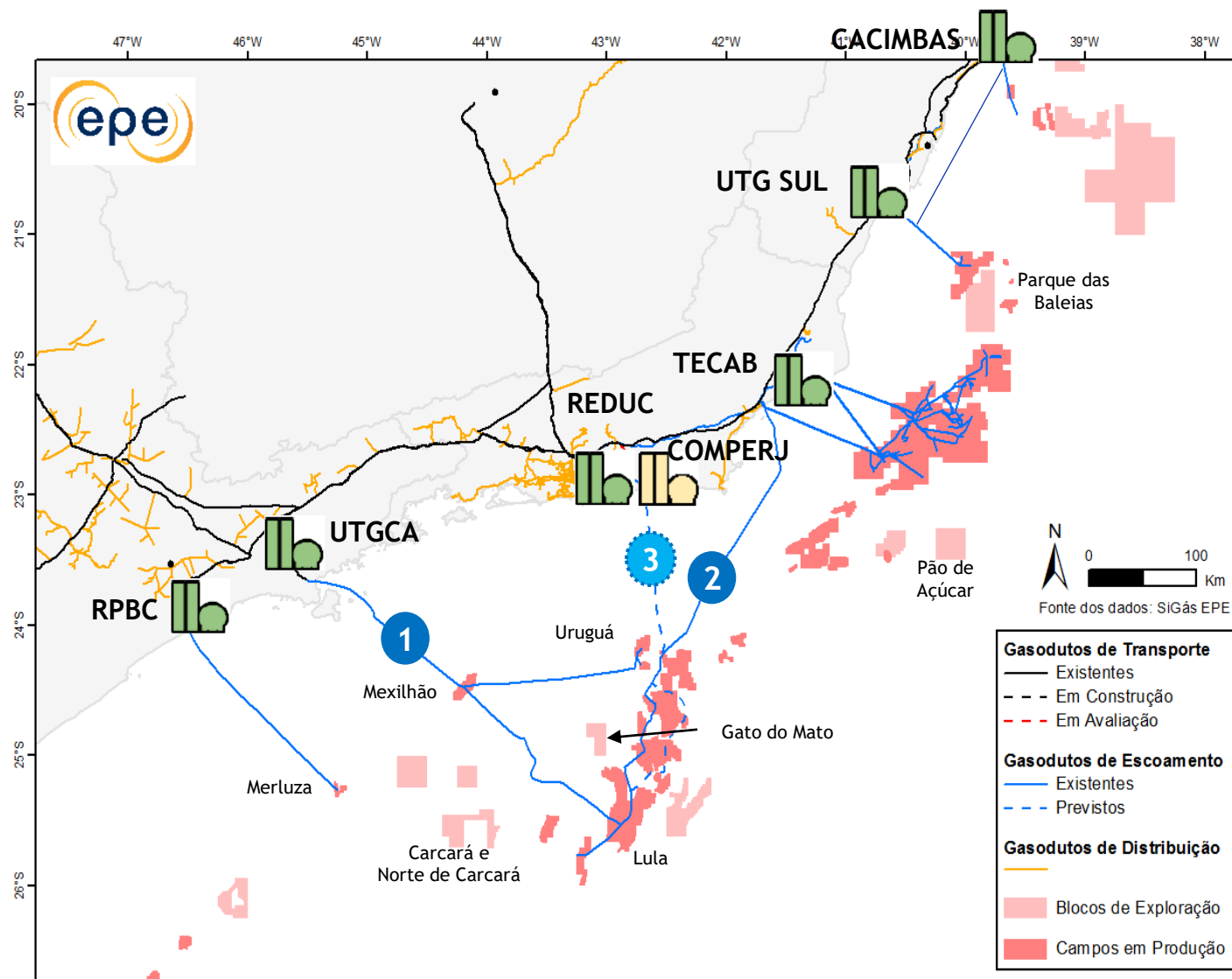
Em fase final de implantação:

Rota 3 + COMPERJ (Itaboraí/RJ)

Capacidade: 18 MMm³/d

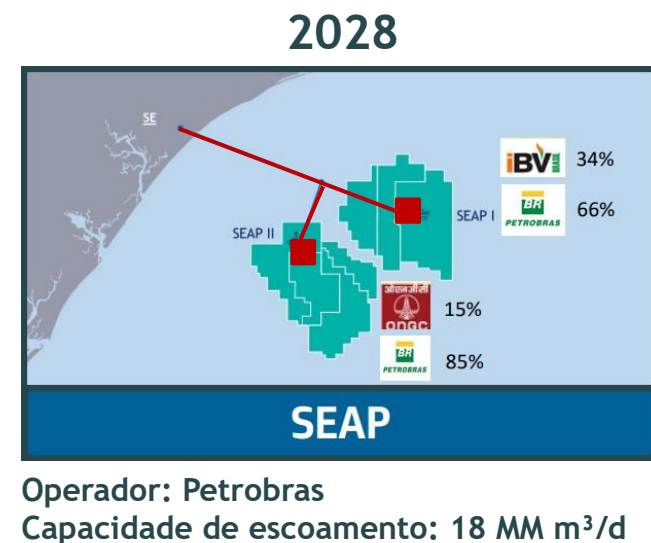
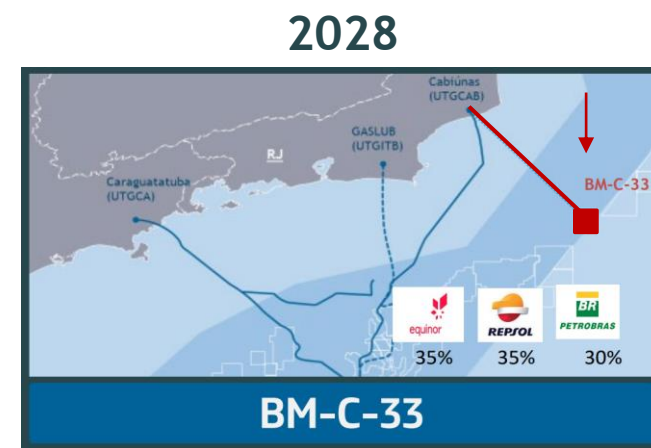
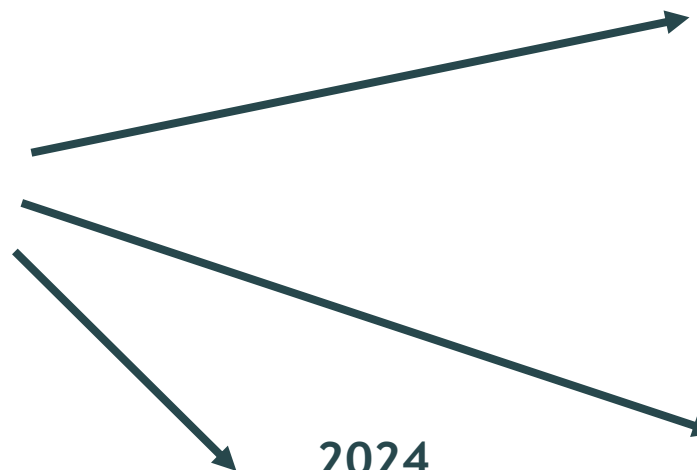
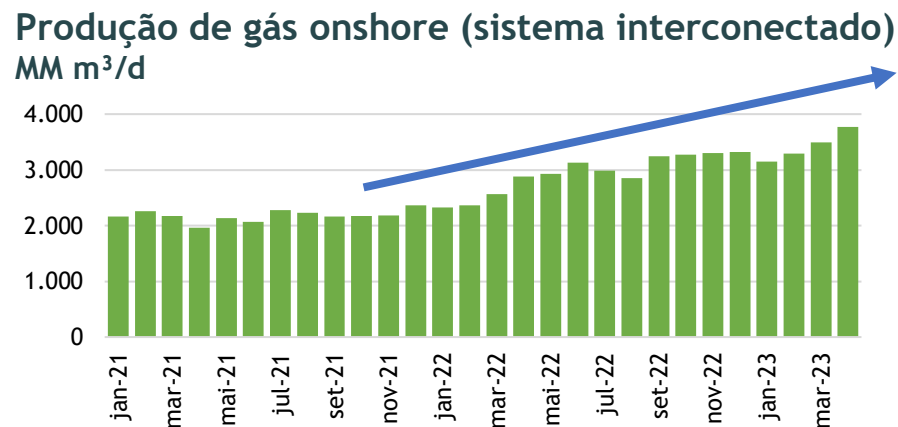
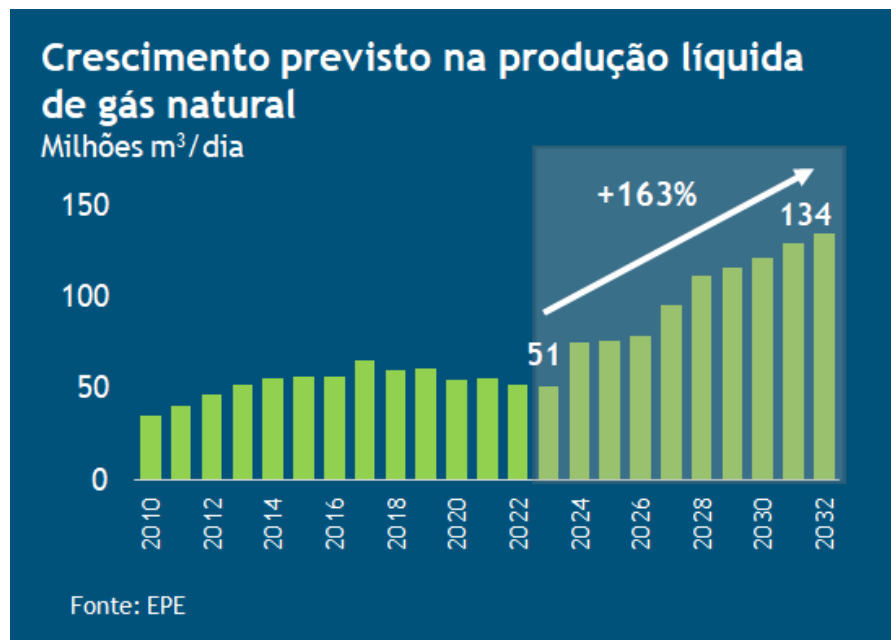
Capacidade de Processamento: 21 MMm³/d

Previsão de início de operação: 2024



Fonte: EPE

Infraestrutura de escoamento e processamento é planejada junto aos investimento em E&P



Artigo 28 da Nova Lei do Gás

Acesso às infraestruturas essenciais

A Lei 14.134/2021, em seu artigo 28, **estabeleceu o acesso não discriminatório e negociado de terceiros interessados** aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural e aos terminais de GNL, determinando que os **proprietários de tais instalações deverão elaborar, em conjunto com os terceiros interessados, observadas as boas práticas da indústria e as diretrizes da ANP**, código de conduta e prática de acesso à infraestrutura, dando publicidade e transparência a esses documentos.

Escoamento e processamento: Cadernos de Boas Práticas do IBP

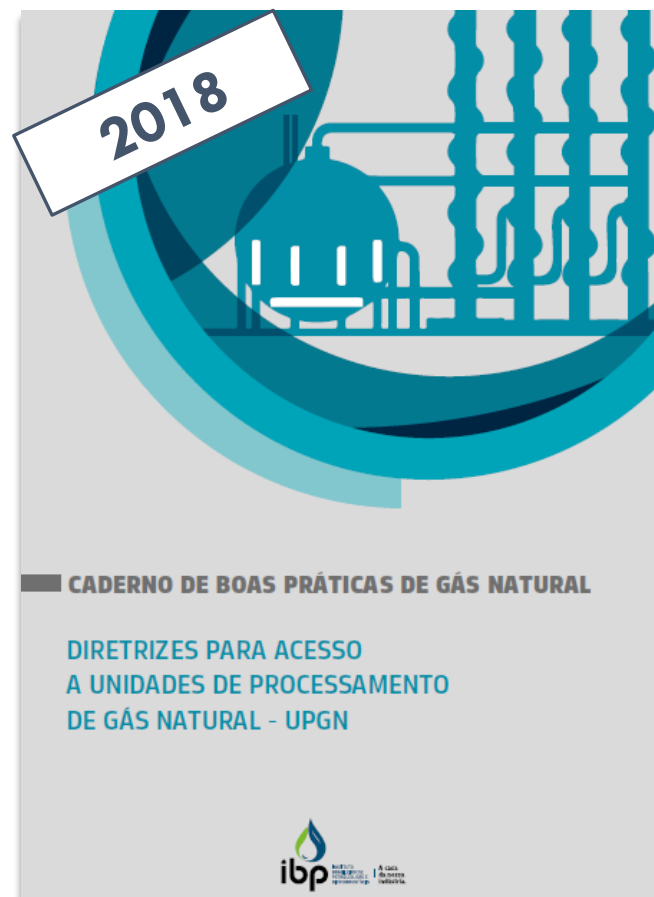
Diretrizes para o acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento e processamento

Principais Diretrizes

Inspiradas no modelo do Reino Unido
*Code of Practice on Access to Upstream Oil and Gas
Infrastructure on the UK Continental Shelf.*

- » Acesso não discriminatório
- » Direito de preferência do proprietário
- » Livre negociação entre as partes, com resolução de eventuais disputas pelo regulador
- » Transparência na disponibilização de informações
- » Não há transferência da propriedade do gás natural

**Aguardando ANP publicar diretrizes
para avaliar necessidade / iniciar
revisão**



https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2018/09/Caderno-de-Boas-Pr%C3%A1ticas-de-G%C3%A1s-Natural_IBP-4.pdf



https://cloud.crm.ibp.org.br/caderno-de-boas-praticas-de-gas-natural/?utm_source=site_IBP&utm_medium=noticia&utm_campaign=Caderno_Boas_Praticas_Gas_Natural

Marcos para acesso ao Escoamento e Processamento:

O TCC entre Petrobras e CADE acelerou o processo de negociação



Confidencial

Esta minuta não possui caráter vinculante, é destinada exclusivamente para fins de negociação e está sujeita às devidas aprovações internas da Petrobras.

MINUTA DE CONTRATO DE PROCESSAMENTO FIRME DE GÁS NATURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, E, DO OUTRO LADO, A [], NA FORMA ABAIXO:

DESCRIÇÃO DAS PARTES:

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS (Petrobras ou PROCESSADOR ou USUÁRIO), sociedade de economia mista, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ-MF) sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Avenida República do Chile, nº 65, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada “PETROBRAS”, neste ato representada por [-];

[-](EMPRESA ou CONTRATANTE), inscrita no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº [-], com sede na [-], CEP [-], doravante denominada “CONTRATANTE”, neste ato representada na forma de seus documentos constitutivos;

[md_pesq_documento_consulta_externa.php\(cade.gov.br\)](http://md_pesq_documento_consulta_externa.php(cade.gov.br))



Foram anos de negociações.

Evolução com o TCC






Nossas Atividades Sociedad

Oferta de Processamento de Gás Natural

CONTRATAÇÃO DE CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL

Nos últimos anos, implementamos um conjunto de iniciativas para viabilizar a diversificação dos agentes, diante de um cenário de abertura de mercado com o incremento da competição e redução de participação em todos os elos da cadeia de gás natural.

Em julho de 2019, o Governo Federal lançou o Programa 'Novo Mercado de Gás', com o objetivo de avançar com as ações necessárias à revisão do arcabouço regulatório para a entrada de agentes no cenário de redução de participação da Petrobras. O Programa visa à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico, competitivo e concentra esforços de diversas autoridades federais, como Ministério de Minas e Energia ("MME"), Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Economia, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP"), assim como a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE") e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

No mesmo mês, assinamos com o CADE o Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC), para execução de um conjunto de ações voluntárias para a redução de sua participação no mercado de gás natural. Dentre os compromissos assumidos pela Petrobras, destaca-se o item 2.4 do TCC, que estabelece nosso compromisso negociar, de boa fé e de forma não discriminatória, o acesso de terceiros às unidades de processamento de gás natural de nossa propriedade.

Nesse contexto, exercemos um novo papel como processador de gás para terceiros, que se configura um negócio inédito para a Companhia, além de fundamental para a efetiva abertura de mercado.

Divulgamos aos agentes potencialmente interessados em contratar capacidade de processamento as seguintes informações

- Informações sobre as unidades de processamento de gás natural;
- O modelo de negócio e o contrato de processamento
- Oferta e contratação da capacidade de processamento;
- Informações de Contato

<https://petrobras.com.br/pt/canais-de-negocios/oferta-de-processamento-de-gas-natural/>

Marcos para acesso ao Escoamento e Processamento:

Avanços regulatórios e tributários já realizados

Resolução ANP nº 852/21 - setembro de 2021



- Art. 27. Fica permitida a prestação de serviço de refino de petróleo e processamento de gás natural para terceiros, de forma não discriminatória, nas instalações produtoras autorizadas por esta Resolução.
- § 2º O serviço de processamento de gás natural somente poderá ser contratado por outro processador, central petroquímica produtora de derivados de petróleo e gás natural ou contratante de prestação de serviço cadastrado na ANP.

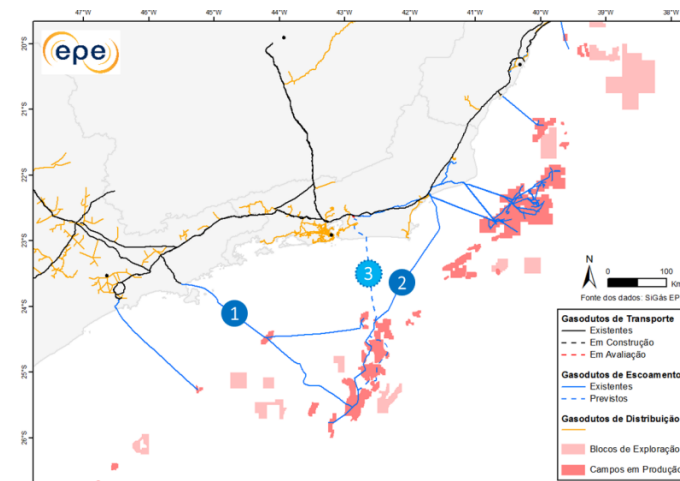
Ajuste SINIEF 01/21 - abril de 2021



- Cláusula Primeira. Tratamento diferenciado para o processamento de gás natural - **industrialização por encomenda**
- Cláusula Segunda. Autor da encomenda: titular do gás natural não processado, que exerça atividade de extração de petróleo e gás natural.
- Cláusula Segunda, item XXI. Definição de transferência simbólica para fins do mútuo de gás rico.
- **Cláusula Quinta. O industrializador enviará mensalmente às administrações tributárias um relatório de controle de estoque da industrialização por encomenda.**
- Cláusula Sexta. O usuário do sistema de escoamento enviará mensalmente às administrações tributárias um relatório de controle da quantidade de gás natural não processado objeto de escoamento.
- Cláusula Décima Sétima - A. Inclusão do Mútuo de Gás processado.
- Cláusula Vigésima Primeira. Necessidade de credenciamento - ATO COTEPE/ICMS.

Sistema Interconectado de Escoamento (SIE)

- » O modelo de negócio é por meio de negociação de cessão de uso da capacidade
- » Valor, prazos e demais condições são objeto de livre negociação entre as partes
- » Rota 1 pertence ao projeto e portanto faz parte do ativo Tupi
- » Rota 2 é uma *Joint Venture* que tem como função servir os interessados → os parceiros são coproprietários.
 - Somente após o medidor fiscal da FPSO o gás passa a ser do produtor que acessa a capacidade
 - A corrente rica de gás é separada na entrada da UPGN, portanto o gás escoado até à UPGN é do consórcio e *qualquer problema que ocorra será resolvido/rateado entre todos os participantes.*
- » O fato de ser coproprietário na rota não implica em que o seu gás será escoado. A solicitação para acessar a capacidade é feita de forma isonômica entre proprietários e não proprietários → necessidade de fazer uma solicitação de acesso
 - Caso haja uma saturação de algum ponto, será realizado um pro-rata com base no volume solicitado.



Rota 1 - 1º trecho - campo de Mexilhão à costa - Petrobras (100%),
 2º trecho - Mexilhão a Tupi - Petrobras (65%), Shell (25%) e Petrogal (10%),
 Rota 2 - Petrobras (55%), Shell (25%), Repsol Sinopec Brasil (10%) e Petrogal (10%).
 Rota 3 - Petrobras (100%)
 Fonte: [Fatore](#)

Processamento: SLP e outros

- » O modelo de negócio é por meio de **operações de industrialização por encomenda**, sendo que a contratação pode ser firme ou interruptível
- » Valor é objeto de livre negociação entre as partes
- » Ativos de propriedade da Petrobras:
 - Por ter uma alta complexidade, quem quiser acessar precisará ter equipe para viabilizar as operações
 - Necessidade de definição de um par ordenado entre a saída do FPSO e a unidade de processamento
 - Otimização da planta de responsabilidade de seu proprietário.
- » Necessidade de “compensação/ajuste” entre o poder calorífico do gás que entra (gás rico) na UPGN com a saída dos produtos.



Lições aprendidas até o momento



- » Necessidade de equipes com *know-how* (novo) para lidar com (novas) relações comerciais/operacionais ao longo da cadeia de valor → atividades de alta complexidade



- » Dar liberdade para as partes negociarem, com a menor intervenção possível do regulador, tendo em vista a complexidade de operação desses ativos
 - Foram anos de negociações até “fechar” o modelo atual
 - Tem um prazo definido em regulação será ruim para as negociações
 - Cada negociação pode ter especificidades muito diferentes entre si



- » Existe um *ramp-up* de produção de E&P com platô muito grande na bacia de Santos.



- » Comercialização do líquidos vs. mercado consumidor vs. *flow assurance*



- » Alta complexidade tributária, que ainda está sendo ajustada para o novo ambiente de negócios
 - Necessidade de ajustes para melhorar as operações de emissões de NF para venda de líquido de GN, operações interestaduais.
 - Falta de legislação tributária para escoamento na bacia de campo

Acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento e processamento

Próximos passos

4. Criarmos soluções de mercado para incentivar investimentos em novas infraestruturas essenciais para viabilizar – de forma econômica – uma maior oferta de gás natural

3. Necessidade de revisão dos cadernos de Boas Práticas do IBP para acolher Diretrizes ANP relevantes

2. Utilização de *Benchmark* com base nas melhores práticas internacionais

1. Continuidade da adequação do arcabouço tributário para o novo ambiente de negócios



Tópicos de discussão

- 1 Contextualização
- 2 Acesso ao Escoamento e Processamento de Gás Natural
- 3 Regulação do Transporte de Gás Natural
- 4 Regulação da Distribuição de GN - Harmonização

Temas importantes para essa agenda



» BRA - Base Regulatória de Ativos

Disponibilizar informações para promover discussões com antecedência dada a complexidade do tema; necessidade de publicação do Plano Coordenado de Investimentos



» Tarifa de transporte flexível

Para atendimento do segmento termoeletrico



» Papel do Conselho de Usuários (CdU)

Endereça as demandas dos carregadores (Consumidores, Produtores, e Distribuidoras)



» Implementação do sistema de entrada-saída

Integração das malhas; descasamento entre entrada e saída (par ordenado); tarifa de interconexão residual; adequação da tributação

Temas importantes para o Transporte



Papel do Conselho de Usuários (CdU)

Endereça as demandas dos carregadores (Consumidores, Produtores, e Distribuidoras)

Quem participa:

- » Associação Brasileira de Exploração e Produção (Abep);
- » Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel);
- » Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Petróleo e Gás (ABPIP);
- » Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace);
- » Associação Brasileira Geradoras Termelétricas (Abraget);
- » Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás)

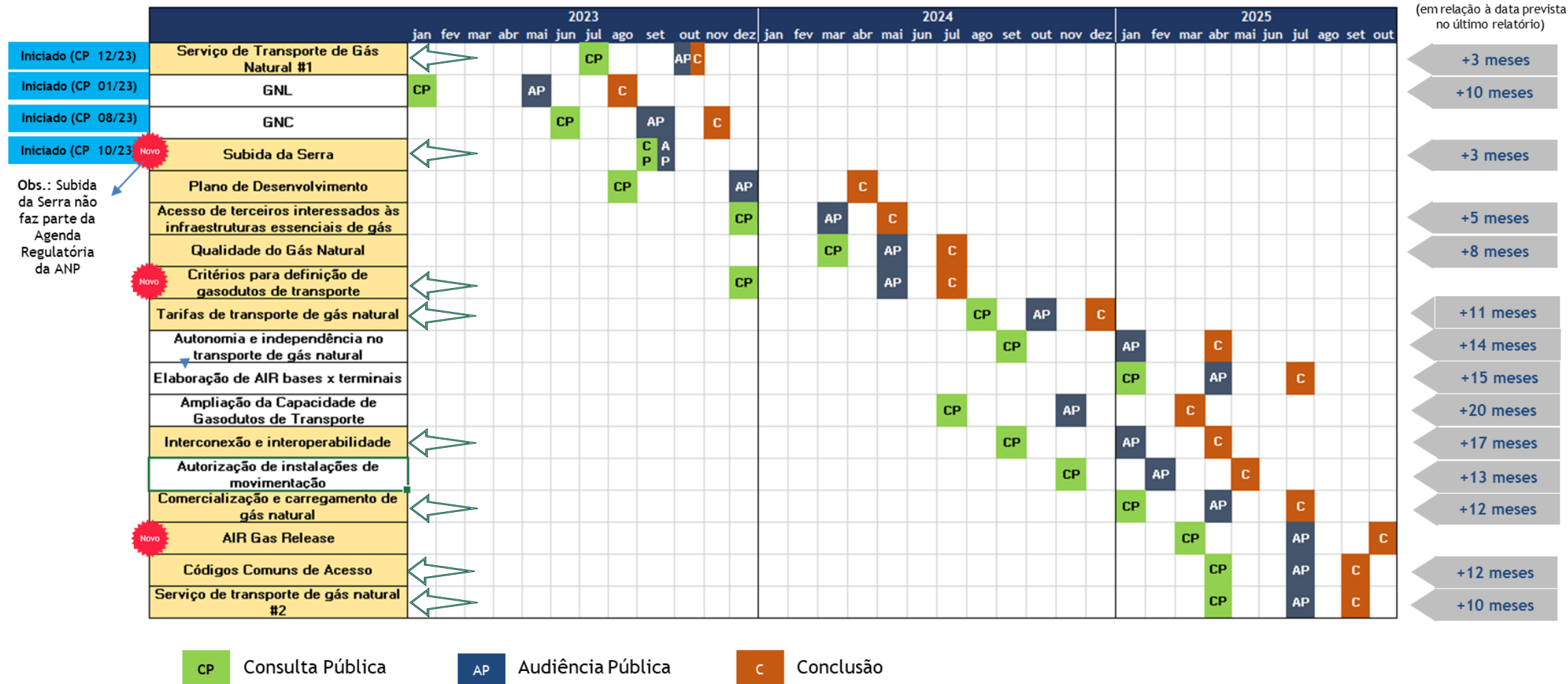
Objetivo: Estabelecer meios para que os carregadores possam participar de forma efetivada nas discussões sobre transporte realizadas entre ANP e transportadoras:

- » Avaliar Plano de investimentos e de expansão propostos pelos transportadores
- » Monitorar os custos relativos as transportadoras
- » Acompanhar o cálculo e a apuração da receita máxima permitida e da conta regulatória (modicidade tarifária)
- » Manifestar-se formalmente, especialmente quando solicitado pela ANP
- » Atuar para assegurar a oferta de serviços de transporte padronizados pelas transportadoras, a fim de reduzir o risco às transações entre áreas de mercado distintas
- » Fomentar e contribuir para a integração dos sistemas de transporte visando a criação de uma única área
- » Participar da elaboração dos Códigos de Rede e Acordos Operacionais
- » Solicitar a intervenção da ANP para a solução de impasses surgidos entre o Conselho de Usuários e transportadoras
- » Dar publicidade às decisões e aos atos praticados e informar à ANP os resultados obtidos nas análises realizadas pelo Conselho de Usuários no exercício de sua função legalmente estabelecida.

Agenda Regulatória da ANP (2023 - 2025)

Transporte predomina as Consultas Públicas

Atualizada em Setembro de 2023





Tópicos de discussão

- 1 Contextualização
- 2 Acesso ao Escoamento e Processamento de Gás Natural
- 3 Regulação do Transporte de Gás Natural
- 4 Regulação da Distribuição de GN - Harmonização

Ainda temos um longo caminho para desenvolvermos o setor de gás natural - Harmonização

Harmonização Regulatória

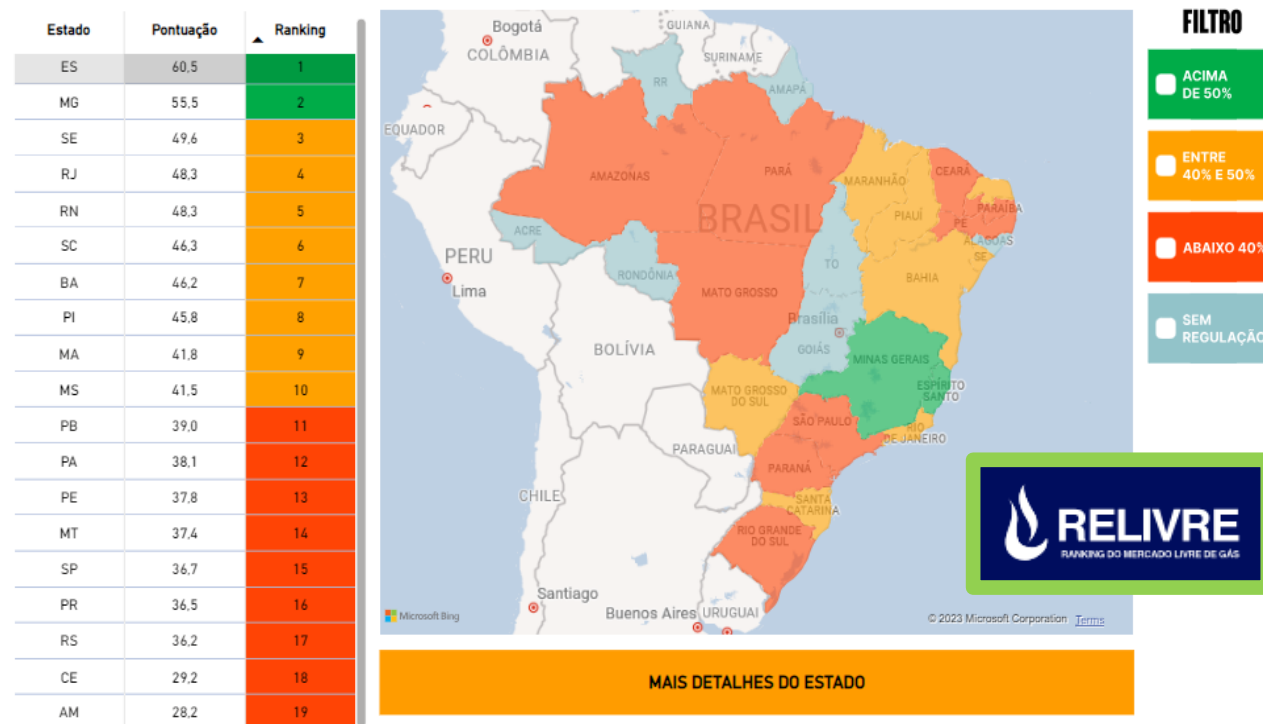
- Verticalização / informações confidenciais
- By-pass / sobreposição de regulações
- Limitação dos elos da cadeia
- Atividades de GNC e GNL

Melhoramento das Regulações Estaduais

- Atividade de comercialização de Gás Natural
- Criação de regras para o mercado livre (figura do CL)
- Chamada Pública para contratação de suprimento
- Definição de TUSD/E (tarifa de O&M)

Processos de Revisão Tarifária das CDL

- Tarifas condizentes com a prestação do serviço
- Universalização do uso do gás natural / Interiorização do gás



Novos contratos de comercialização de gás natural

VENDEDORES



COMPRADORES



*



10 ofertantes nacionais que representam 17% do volume comercializado
Fonte: 13RelatórioTrimestralCMGN3T2022

* 1a UPGN privada do país - UPGN no Campo de Caburé

Precisamos da participação e das contribuições de todos os agentes

OPORTUNIDADES

Mercado desenvolvido

DESAFIOS

Pacto Nacional

- Aprimoramentos regulatórios com visão de longo prazo e harmonização entre as regulações estaduais e federal

Código Operativo de Rede

- Informações compartilhadas
- Sobreposições de penalidades

Evolução no modelo de Contratação no Transporte

- Viabilizar o modelo de Entradas e Saídas
- Dividir riscos na contratação

Identificar e endereçar as preocupações do mercado

- Garantia de suprimento

Crescimento do mercado em todos os elos da cadeia

- Mais investimentos
- Mais demanda/oferta
- Mais agentes → mais competição

Atualização das Regulações

- Regulação é dinâmica para atender as necessidades do mercado
- Leis são mais estáticas e de difícil adequação/ajustes

Fortalecimento das Agências Reguladoras

- Foco em criar regras simples

Atuar para evitar judicialização dos temas

- Preservar a Nova Lei do Gás

Adequações tributárias

- Uniformização de alíquota
- Simplificação operacional





Diretoria Executiva de Gás Natural
diretoriaexecutivagn@ibp.org.br



[/ibpbr](https://www.facebook.com/ibpbr)



[@ibp_br](https://www.instagram.com/ibp_br)



[@ibp_br](https://twitter.com/ibp_br)



[/ibpbr](https://www.youtube.com/ibpbr)



[/ibpbr](https://www.linkedin.com/company/ibpbr)

ibp.org.br | [#EnergiaParaSuperar](https://twitter.com/ibp_br)